

Setor 10 - Introdução

Cidades Inteligentes

Descrição

Uma cidade inteligente ou *Smart City* é aquela que se concentra em sistemas eficientes aplicados às suas infraestruturas. A inovação tecnológica é a chave para desenvolver projetos que otimizem a distribuição de energia, gerenciem o lixo de maneira mais limpa, reduzam o consumo das famílias e melhor organizem a circulação de veículos. Neste trabalho, consideraremos apenas as práticas que visam a construção de cidades inteligentes, mas enfatizando a questão ambiental. Serão apontadas práticas que:

- Estejam associadas à governança ou à *Smart Governance*, pois promove o papel e a participação do cidadão. Sob esse conceito, a transparência e o governo aberto são aumentados, permitindo que os cidadãos escolham projetos mais sustentáveis. Além dessas práticas, com uma governança inteligente, enfatizamos todas as propostas de descentralização e digitalização de procedimentos que melhorem a qualidade ambiental por serem mais eficientes em termos de transporte e consumo de energia.
- Estejam associadas à *Smart Mobility*, pois promove a criação de infraestruturas inteligentes e amplamente conectadas, a transferência de viagens curtas a pé e viagens médias de bicicleta. Somado a isso, podemos incluir aquelas práticas que têm a ver com a criação de aplicações tecnológicas que permitam uma melhor mobilidade urbana.
- Sirvam através de aplicações ou práticas tecnológicas para um uso eficiente da água e o gerenciamento adequado dos resíduos sólidos (chamado Ambiente Inteligente ou *Smart environment*).
- Incluam recursos tecnológicos relacionados a serviços públicos inteligentes, como saúde (e-saúde), segurança (e-segurança eletrônica), entre outros.

Iniciativas relevantes na Argentina

Com relação a essa dimensão, os governos locais tentam formar redes de trabalho com atores da sociedade civil e outros níveis do Estado para lançar iniciativas tecnológicas inovadoras ligadas a diferentes temas, como economia de energia, mobilidade sustentável, segurança, governo, governo digital, aberto, entre outros. Dessa forma, buscam tornar seus processos e serviços mais eficientes, permitindo melhorar a qualidade de vida do cidadão através do uso eficiente de seus recursos. As práticas mais relevantes em nosso país estão associadas à incorporação de aplicações tecnológicas que melhoram a mobilidade urbana, dispositivos tecnológicos que permitem a digitalização de

procedimentos estaduais (Administração Pública inteligente e digital) e a descentralização de procedimentos estatais através da criação de infraestrutura adequada.

Foram selecionadas três experiências nesta dimensão: "Infomapa" (Município de Rosario, Santa Fé), "Centro de Monitoramento e Gestão da Mobilidade Urbana, a Secretaria de Transportes" da Cidade de Buenos Aires e o "Programa Governo Aberto" (Município de Reconquista, Chaco). No entanto, existem outros municípios que estão desenvolvendo ações nessa linha. Por exemplo, há o caso de Rafaela e Olavarría que trabalham na geração de uma plataforma de "Governo Aberto e Digital" e o caso de Bahía Blanca que está implementando o "Programa Integral de Modernização" dentro da administração pública municipal.

Programas existentes a nível nacional

Os programas são orientados para o financiamento de municípios vinculados à capacitação e qualificação de funcionários em gestão orientada para o cidadão; fortalecimento da capacidade de gestão dos governos municipais, fortalecimento municipal nas áreas de administração interna, finanças, tributação, cadastro, serviços ao cidadão, governo eletrônico, planejamento urbano e promoção econômica local; modernização dos serviços administrativos e cidadãos, fortalecimento do planejamento municipal do desenvolvimento; melhoria das instalações e equipamentos municipais e disseminação de Boas Práticas. O financiamento tem contribuições de fundos nacionais. Entre os exemplos estão o Programa Nacional de Capacitação de Municípios 2018, o Programa de Melhoria da Gestão Municipal, o Programa de Capacitação e o Programa de Atenção ao Cidadão.

Normas vigentes na Argentina

Atualmente, não há regulamentação específica no país para este eixo temático.